

# O patronato de crianças pobres de São João Batista da Lagoa: educação e instrução católica para operários no Rio de Janeiro

The patronage of poor children in São João Batista da Lagoa: Catholic education and instruction for workers in Rio de Janeiro

Marco Aurélio Corrêa Martins

Como citar esse artigo. MARTINS, M. A. C. O patronato de crianças pobres de São João Batista da Lagoa: educação e instrução católica para operários no Rio de Janeiro. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial p. 84-104, set./dez. 2024.

## Resumo

O estudo do Patronato da Freguesia de São João Batista remete a pesquisa a áreas distintas da história. Através do método bibliográfico e utilizando jornais como fonte, procura contextualizar a ação de um sacerdote que veio a se tornar o bispo de Valença/RJ e, posteriormente, de Taubaté/SP. Partindo da história das instituições escolares, o texto avança sobre temas relativos à imprensa, à educação, à pastoral católica e ao movimento operário no contexto de industrialização e urbanização de um local específico, o bairro carioca de Botafogo, em uma temporalidade entendida entre as décadas de 1910 e de 1930. Com base teórica na filosofia da história de Paul Ricoeur pretende compreender a experiência histórica no contexto revelador das expectativas da ação social e histórica. A escolarização tomada como obra social inscreve-se no tema da caridade cristã e coloca em causa a economia própria da subsistência de tais obras. Projeta-se na história da consecução da Educação como Direito Social no Brasil.

**Palavras-chave:** Patronato católico; ensino profissionalizante; escola para pobres; escola paroquial; D. André Arcoverde; D. Rosalvo Costa Rego.



**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Abstract

The study of the Patronage of the Parish of São João Batista refers to research in different areas of history. Through the bibliographic method and using newspapers as a source, it seeks to contextualize the action of a priest who became the bishop of Valença/RJ and, later, of Taubaté/SP. Starting from the history of school institutions, the text advances on topics relating to the press, education, Catholic pastoral care and the labor movement in the context of industrialization and urbanization of a specific location, the Rio neighborhood of Botafogo, in a temporality understood between the decades 1910 and 1930. With a theoretical basis in Paul Ricoeur's philosophy of history, it aims to understand historical experience in the context that reveals the expectations of social and historical action. Schooling taken as a social work is part of the theme of Christian charity and calls into question the economy of the subsistence of such works. It is projected into the history of the achievement of Education as a Social Right in Brazil.

**Keywords:** Catholic patronage; vocational education; school for the poor; parochial school; Bishop D. André Arcoverde; Bishop D. Rosalvo Costa Rego.

## Introdução

Essa pesquisa faz parte do projeto que visa a localizar a escolarização católica no Rio de Janeiro, com destaque a escolas para crianças pobres no período de 1850 até 1930. Este projeto de pesquisa foi parcialmente financiado pela FAPERJ, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, através de um auxílio instalação, em 2014, e como bolsas de iniciação científica pela UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014-2018).

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Rio de Janeiro, Brasil.

Email de correspondência: marcoaureliocorreamartins@gmail.com

Recebido em: 13/05/2024. Aceito em: 24/09/2024.

Os dados foram localizados em periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dado o grande número de dados obtidos, há material suficiente para várias abordagens. Considera-se, assim, que os periódicos, fontes jornalísticas, foram tomadas como documentos-monumentos (Le Goff, 2003). A perspectiva do monumento é particularmente importante para essa abordagem, posto que se fundamenta em dois periódicos católicos sujeitos à apologética religiosa.

Nesse sentido, a pesquisa tem um caráter bibliográfico e tenta focar os aspectos religiosos, sociais e pedagógicos no contexto da História da Educação e da Igreja Católica, de modo a referir uma base material dessas atividades posto que, tratando-se de instituições escolares para pessoas pobres, ou assim consideradas, conforme os critérios de cada tempo ou de cada abordagem, requerer-se compreensão dos modos de sua manutenção.

Quando se fala em escolas de elite, sabemos que são mantidas pelas próprias mensalidades de seus estudantes e serviam tanto à manutenção das congregações religiosas estrangeiras aportadas no Brasil (Bittencourt; Leonardi, 2019), quanto à obra religiosa projetada por essas instituições. No caso das obras sociais, como as escolas para pobres, o tema da caridade se torna um referencial importante (Martins, 2019), porém, foi adicionado ao novo papel do Estado na documentação eclesiástica projetadas pelos papados.

Posto que boa parte das pesquisas em História da Educação, quando trata de Educação Católica, focaliza as escolas de elite ou de congregações vindas durante e período ultramontano, ao observar outro tipo de escolarização revela mais estratégias religiosas e educacionais, quiçá políticas, de intervenção na realidade sociocultural.

Em especial, tem-se à vista que a ideia de caridade serve à consecução de uma compreensão ainda pouco amadurecida no Brasil do período da Primeira República: a ideia de direito social e, sobretudo, Direito Social à Educação. Com a obra social da caridade, como proposta pelo Pe. Cônego André Arcoverde, sobrinho do Cardeal D. Joaquim Arcoverde, pode-se considerar que a Igreja é partícipe importante no processo de consecução do direito social no Brasil (Martins, 2019). Como nos demonstrou José Murilo de Carvalho (2015) o Direito Social no Brasil é antecessor de baixas no Direito Civil e no Direito Político, no sentido de compensar os autoritarismos do Estado brasileiro em diversos períodos. Na experiência brasileira, o Direito Social surgiu como compensação da perda de direitos outros, mas a experiência católica o antecede por um ideal de justiça.

Ao assumir a ideia de temporalidade e a de horizonte de expectativa sobre uma base da experiência, vindos da Filosofia da História de Paul Ricoeur (2010), é possível marcar as nuances temporais assumidas, introduzidas ou modificadas no curso do tempo histórico (Martins, 2021). Além disso, a base filosófica ricoeuriana que é fenomenológica e hermenêutica nos coloca diante dos dados da documentação de maneira investigativa que visa a uma compreensão, não apenas das ações, mas dos sujeitos atores, sejam eles indivíduos, coletivos ou institucionais e tudo é passível da contradição.

O Patronato era uma escola de perfil amplo e pode ser classificada como escola paroquial e como escola profissionalizante. A se usar classificação atual, seria, também uma instituição de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa não era uma experiência nova, já no século XIX os padres franciscanos de Petrópolis haviam criado uma escola paroquial e profissionalizante (Martins, 2020a). E mesmo além destas, outras duas obras religiosas, uma feminina, também em Petrópolis e outra masculina, em Niterói, tinham caráter profissionalizante (Martins, 2020b).

No período da fundação e consolidação da obra da Paróquia de São João Batista da Lagoa, encontra-se o processo no qual a Igreja, sobretudo a partir de D. Leme, propõe-se a influir na sociedade civil e, através dela, intervir no Estado brasileiro para realizar o processo conhecido como “neocristandade” (Mainwaring, 1990) no qual se busca uma nação católica no contraponto reativo ao crescimento tanto de expressões protestantes, quanto ao maior processo de urbanização da vida. É característica desse processo, além das dedicadas à elite, a construção de escolas para pobres como as propostas por D. Leme nas comemorações do cinquentenário de ordenação sacerdotal do Cardeal D. Joaquim Arcoverde e centenário da Proclamação

da República. As Escolas Cardeal Arcoverde espalharam-se pela mancha urbana do Rio de Janeiro e, em pontos estratégicos, demonstravam certo poder institucional e organizativo da Igreja diante do Estado (Martins; Leonardi, 2021).

É importante destacar o papel da industrialização no Rio de Janeiro, sobretudo da indústria têxtil, na marcação temporal na qual se desenrola os principais eventos dessa obra católica em Botafogo.

Sob o ponto de vista da História Econômica, Levy (1994) destacava uma recuperação da economia brasileira entre 1909 e 1912. Ela apontou um crescimento médio de 5,5% ao ano do PIB. A indústria teria participação de 14% nessa economia. Esse crescimento estaria ligado às exportações de café e borracha com boa demanda e preços o que atraiu o capital estrangeiro, fomentando mais a indústria, como a do Rio de Janeiro, independente do café, segundo a autora, pois as lavouras fluminenses eram declinantes. Já o mercado urbano crescia na região.

A Primeira Guerra diminuiu o fluxo das importações brasileiras (Levy, 1994) e as páginas de *A Cruz* marcavam bem essa crise de aumento de preços e diminuição de oferta. Isso teria facilitado e estimulado o aparecimento de pequenas indústrias. Essa compreensão, apesar de polêmica, segundo a autora, impacta, sobretudo, a indústria têxtil, mesmo com o aumento de preços de bens de capital e matéria-prima. Apesar disso, no geral, entre 1914 e 1917 a indústria carioca teria crescido menos que a média nacional, resultado de redução de investimentos.

Considerando que a indústria fluminense cresceu de meados do XIX até o início da Primeira Guerra, conclui-se que a partir desse período, as dificuldades econômicas no meio fabril seriam crescentes. Ainda assim, voltando-se para o mercado interno e para uma diversificação, a indústria continuava crescendo impactada positivamente por novos padrões de consumo e negativamente pela concorrência com produtos importados. Essa análise, segundo Levy (1994) quando negativa nos pesquisadores, está marcada pela comparação com o período pós-1930. Para o que aqui interessa, basta que esses dados nos permitam entender como a classe operária movimentava-se nesse contexto.

López, Castro e Bortoletto (1985) identificam um período no pré-1930, chamado pelos próprios trabalhadores “de resistência”, marcado por forte violência policial desde a Proclamação da República e crises constantes da economia industrial, o que tornava descontínua a ação dos trabalhadores.

A população operária era pequena e os sindicatos, proibidos e considerados ameaças à ordem. Dominados por imigrantes também tinha características anarquistas e disputa de hegemonia com comunistas. Os sindicatos existentes, voltados para grupos específicos de trabalhadores, combatiam basicamente a violência policial, reivindicavam melhores salários e menor jornada de trabalho, condições agravadas no caso das mulheres.

Em 1903, greves importantes já haviam marcado o descontentamento dos trabalhadores urbanos e industriais devido à crise do pré e pós-guerra (Goldmacher, 2009). Em 1917 e 1918 eclodiram greves gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, novembro de 1918 marcou uma greve organizada por anarquistas e que afetou, particularmente a indústria têxtil. As reivindicações estavam mais ligadas às consequências da Gripe Espanhola que acometeu a cidade do Rio de Janeiro por dois anos (López, Castro e Bortoletto 1985). No ano anterior, uma greve dos gráficos do Rio e de São Paulo teve início após a classe patronal fechar as gráficas diante de uma reivindicação dos trabalhadores que então decidiram pelo movimento grevista (Goldmacher, 2009).

Sob o ponto de vista da urbanização, o bairro Botafogo era, já no século XIX, local de moradias de elite com chácaras e sobrados. No início do século XX, com as intervenções que visavam à acessibilidade do Centro da cidade à Laranjeiras, Copacabana e Jardim Botânico, o bairro adquiriu um status de local de passagem. Nas décadas de 1900 a 1930, o bairro recebeu fábricas têxteis e isso ampliou o desmembramento das quadras enormes, cortadas por vias de acesso a vilas tanto de classes médias, quanto de operárias. Além desses, aconteceu a ocupação das encostas no Largo do Humaitá, nas encostas Corcovado e demais vertentes que circundam a planície do bairro. A população da Freguesia de São João Batista da Lagoa havia crescido 67% entre 1890 e 1906 e mais 19,93% entre 1906 e 1920 (Santos, 1981).

Para uma dimensão do número de indústrias que se estabeleceram em Botafogo nesses primeiros trinta anos do século XX, basta anotar a lista apresentada por Santos (1981):

O mapa de 1910 localiza a fábrica de tecidos Botafogo na quadra definida pelas ruas Capitão Salomão, Voluntários, Conde de Irajá e Visconde de Caravelas. Outra fábrica importante nessas primeiras décadas do século foi a de Tecidos Aurora situada na Rua Real Grandeza. Também as vilas operárias da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro aparecem no mapa de 1905, uma delas localizada na Praia de Botafogo entre São Clemente e Voluntários e outra ocupando toda a quadra entre São Clemente, Conde de Irajá, Marques e Capistrano de Abreu. A Companhia Evoneas Fluminense também desempenha importante papel na configuração do bairro abrindo as travessas Evoneas (atual Vicente de Souza), Dona Carlota e Muniz Barreto (depois prolongada e tornada rua) (Santos, 1981, p. 118).

Já a habitação popular, segundo Santos (1981), estava na direção da Rua da Passagem, da Assunção, General Severiano, General Polidoro, São Clemente e Voluntários da Pátria. Eram habitações de um cômodo, pensões próximas às fábricas e ao comércio. Apesar disso, no geral, o bairro se tornava no período 1906-1920 foco atrativo de classes médias, especialmente funcionários públicos.

A proximidade entre as diversas vilas operárias e mesmo de outras habitações no entorno seria, segundo Goldmacher (2009) um facilitador da reunião dos trabalhadores. Mesmo que as vilas operárias e suas associações operárias fossem controladas pelas empresas, elas podiam estar próximas e mantinham contato com outros habitantes da região, moradores de fora dessas vilas. Em alguns casos, homens solteiros viviam em dormitórios coletivos das fábricas. Uma das reivindicações, por exemplo, da greve de 1903, no Jardim Botânico, era a substituição do cartão de abono por dinheiro. O cartão era usado para controlar a venda de gêneros aos funcionários e o dinheiro permitiria aos trabalhadores lançarem suas compras para fora e obter melhores preços. Havia um entrelaçamento entre a vida privada do trabalhador e o local de trabalho: suas necessidades mais básicas eram controladas pelas fábricas.

Vários são os problemas apontados pelos historiadores para a vida operária: alta jornada de trabalho, baixos salários, pouco tempo de repouso, controle social pelos patrões, controle dos ganhos e gastos dos salários, doenças, acidentes de trabalho etc.

A obra da Paróquia de São João Batista da Lagoa, sob influxo criador do Pe. Cônego André Arcoverde respondeu a vários desses aspectos enquanto, à luz da *Rerum Novarum* e do magistério da Igreja, ao procurar espaços e vias alternativas para a solução dos conflitos entre capital e trabalho e seu choque na vida social e política.

## O plano da paróquia

*Sinite parvulos venire!*<sup>1</sup>

No primeiro número do periódico *A cruz*, em 21 de setembro de 1919, o Padre Vigário e Cônego André Arcoverde, fundador desse veículo de imprensa, listou as “obras de caridade” da Paróquia de São João Batista, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, capital do país. Eram sete, segundo o mesmo sacerdote. Duas existentes antes de sua chegada, em 1909, sendo a Associação São Vicente de Paulo para homens e a Associação de Senhoras da Caridade. Ambas se dedicavam aos socorros de

1 “Deixai vir a mim os pequeninos”, lema do episcopado de D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, primeiro bispo da diocese de Valença – RJ (1925-1936) e segundo da diocese de Taubaté – SP (1936-1941). André Arcoverde Cavalcanti nasceu em Pesqueira em Pernambuco, em 1878. Faleceu, em 1955, em Taubaté. Seu pai era irmão do Cardeal d. Joaquim Arcoverde Cavalcanti, primeiro cardeal latino-americano. D. André estudou no Seminário de São Paulo e concluiu seus estudos, doutorou-se e ordenou-se em Roma, no Colégio Pio Latino, em 1904. Em 1911, em Roma, foi nomeado cônego da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Desde 1909 era pároco da São João Batista da Lagoa, em Botafogo (Uma homenagem, 1919), (Sua excia. Revma, 1925), (Este Jornal., 1955).

doentes pobres. A terceira obra, fundada pelas Senhoras da Caridade, com a finalidade de manutenção de uma farmácia, era o Sodalício São Vicente de Paulo.

A quarta e quinta obras mencionadas, objeto principal da presente exposição, eram o Patronato de Crianças Pobres e uma tipografia, junto do mesmo, para formação profissional de meninos. Em seguida, a Associação de Escoteiros Católicos, também obra explicitamente educativa. Em sétimo lugar, uma Caixa Particular do Apostolado de Oração para socorrer zeladores ou zeladoras doentes.

A considerar o próprio jornal como a oitava obra, embora não proposta como de caridade pelo Pe. André Arcoverde, inclui, como a nona, a Caixa Operária, fundada em 1920.

- Jornal

O jornal *A Cruz* é a fonte principal da presente pesquisa. Surgiu como quinzenal e assim se manteve por toda a sua existência de 1919 a 1973. O primeiro número saiu com quatro páginas e passou a oito no seguinte mantendo-se assim por cerca de dois anos quando reduziu a seis páginas o que se manteve por grande parte de todo o período posterior, embora nos últimos anos houvesse edições com oito páginas.

O Pe. Rosalvo Costa Rego<sup>2</sup> ficou encarregado como um de seus principais editores. O Pe. Rosalvo era colaborador, redator-assistente, de outro periódico de inspiração católica, *A União*, pertencente ao Centro da Boa Imprensa. Ele foi, ainda, o sucessor do Pe. André Arcoverde, como pároco, quando esse foi removido para a Catedral, em 1921.

A atuação do Pe. Rosalvo junto à Confederação Católica, prévia da Ação Católica, criada por D. Leme, em 1922, colocou o jornal *A Cruz* no centro das divulgações dessa atividade da Igreja Católica, de modo que fez o periódico ser considerado o órgão oficial da Confederação Católica do Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

Em 1924, Pe. Rosalvo foi removido para a Catedral como Vigário Geral da Arquidiocese, sendo promovido a Bispo Auxiliar em 1946 e posteriormente Arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro. Faleceu em 03 de fevereiro de 1954.

O objetivo modesto, segundo o Padre André Arcoverde, era o de divulgar as obras paroquiais e “pregar a caridade por todos os recantos dessa paróquia, lembrando a cada um o seu compromisso para com os pobres”. Essa missão dirigia, especialmente “aos capitalistas” (Arcoverde, 1919a).

Como jornal paroquial, nos primeiros anos, além das leituras da missa, o periódico tratou de temas relevantes para o momento da Igreja no Brasil, denotando, no entanto, a penetração de elementos religiosos não católicos na freguesia. Nos primeiros anos o combate ao espiritismo é extensivo, com colunas em cada exemplar, condenando a prática espírita. Outro tema recorrente foi o protestantismo, sobretudo quando se colocou em causa o tema da instrução religiosa em colégio “a-católicos”<sup>4</sup>. À medida que se avançou pelos anos 1930 e 1940, o tema comunismo foi aparecendo com mais ênfase.

Como se tornou o jornal da Confederação Católica essa foi a temática dominante nas décadas de 1920 e 1930, na qual a marca lealista pode ser percebida. A partir de 1943 o jornal, embora ainda voltado para as questões da Igreja e da paróquia, passou a ser gerida por Antônio Guedes de Holanda que o arrendou, incluindo sua tipografia. Manteve-se a redação com os padres vigários da paróquia. A situação

2 Rosalvo Costa Rego era alagoano e com o irmão Pedro Costa Rego foi para o Rio de Janeiro estudar no Colégio de São Bento, sob os cuidados do tio Antônio José de Oliveira e Silva, redator da Gazeta de Notícias. Haviam ficado órfãos. Os irmãos se tornaram jornalistas como o tio, sendo Rosalvo ordenado padre em Roma, 1914, após ter estudado no Colégio Pio Americano. Retornou ao Brasil e foi professor do Seminário de São Paulo, posteriormente ao Rio de Janeiro em 1919, quando foi convidado para assistente eclesiástico do jornal *A União*, pelo franciscano Pedro Sinzig, fundador do Centro da Boa Imprensa. O irmão Pedro retornou a Alagoas onde foi eleito deputado federal, em 1915, e presidente daquele Estado entre 1924 e 1928. Ambos falecidos em 1954 (Homenagem, 1919; Está de Luto, 1954; Ticianeli, 2016).

3 A coleção da Biblioteca Nacional não dispõe dos números relativos ao ano de 1924. No ano de 1925, o primeiro número já estampava no frontispício a epígrafe “sob os auspícios Confederação Católica do Rio de Janeiro”.

4 O periódico publicou, em 1921, dividida em cinco partes, uma Carta Pastoral de D. Silvério, bispo de Mariana, Minas Gerais, no qual condenava as escolas a-católicas. Segundo o mesmo jornal, essa Pastoral causou polêmica nos meios protestantes que eram especificamente citados no documento.

do jornal era falimentar.

A partir do Vaticano II, Antônio Guedes de Holanda<sup>5</sup> começou com uma linha editorial crítica à algumas mudanças (Holanda, 1972). Culminou a história do jornal com seu encerramento, em 1973, depois de uma luta judicial do diretor do periódico contra a paróquia que, segundo a narrativa do próprio jornal, desbaratava o legado de d. André Arcoverde vendendo os bens paroquiais, que outrora foram vários projetos sociais, incluindo o próprio jornal e o Patronato. O último número de *A Cruz* circulou no dia 18 de março de 1973.

- Sociedade de São Vicente e Farmácia

O Sodalício São Vicente foi criado, em 1916, para servir de mantenedor da Farmácia Dr. Francisco de Castro. A farmácia tinha como objetivo gerar lucro a ser convertido em remédios para os pobres e doentes assistidos pelas Senhoras da Caridade, associação pia que atendia aos doentes no bairro Botafogo.

A associação e a farmácia foram importantes na ação paroquial durante a epidemia de Gripe Espanhola, entre 1917 e 1919. Segundo um balancete apresentado por André Arcoverde (1919b), em dez anos, as Senhoras da Caridade haviam movimentado cinquenta contos de réis.

Publicação no jornal *O Imparcial*, de 1818, indicava que o Patronato teve, durante a pandemia, um posto de socorros com três ambulâncias à disposição da população pobre da paróquia e teria atendido a 4.500 pessoas com gêneros alimentícios (Socorros, 1818).

Nos anúncios dos anos seguintes, ficava demonstrado que a Farmácia conseguia um lucro de duzentos e cinquenta mil réis (250\$000)<sup>6</sup> por mês e esse era revertido em remédios gratuitos. O valor era considerado módico pelo próprio Cônego André que já havia se justificado no primeiro número de *A Cruz*:

Mas eu não devia nem podia prever a pouca aceitação de uma obra como essa, fundada para beneficiar infelizes, no seio de uma freguesia onde avultam os capitais e onde se tem dado sobejas provas de incomparável bondade. Pensei que não exigindo sacrifícios pecuniários nem incômodos pessoais, pudesse prestar grandes serviços à pobreza, contanto com a preferência, apenas, de quantos compreendessem a obra.

Eis porque arrisquei o passo, do qual nunca me arrependi porque, apesar de tudo, a nossa farmácia viveu sempre e vive ainda, sem dívidas e sem atrasos em seus pagamentos (Arcoverde, 1919b, p. 3).

O que impacta a análise é a visão do sacerdote muito próxima de um modelo de produção, voltada para o comércio, sob o qual se reverteria o lucro para as obras de caridade. Isso ia além do modelo tradicional da recolha e distribuição da esmola, uma vez que daria às Senhoras da Caridade, através do Sodalício e sua farmácia, autonomia na manutenção de parte de sua atuação. Perspectiva semelhante se vai notar na relação entre o Patronato das Crianças Pobres e a Tipografia e na Caixa Operária. Adiante, retomo esse tema.

5 Antônio Holanda é autor de O Último Atentado Denúncia à Nação e Autodestruição da Igreja no Brasil.

6 À guisa de uma referência para esse valor, encontrei que o salário de um operário de tecelagem no Rio de Janeiro, em 1908 era de 1\$000 (hum mil réis) a diária, sendo que nos 10 anos seguintes ocorreu forte inflação devido, entre outras, à Guerra na Europa entre 1914-1919. (Lobo et al., 1971). A seção comercial de *O Paiz*, de 14 de dezembro de 1920 registrava alguns dos preços que cito: arroz (60 kg) variando de 16 mil a 49 mil réis conforme dez categorias distintas; banha (kg) 1\$800 (hum mil e oitocentos réis); batata \$500 (quinhentos réis); feijão preto (60 kg) variando de 20\$ a 28\$ mil réis, divididos em duas categorias de qualidade (Secção, 1920).

## - Escoteiros

A relação entre escotismo e religião foi apontado por Cyreneo da Cruz (1915) em artigo no jornal *A União*. Segundo esse articulista, a fundação de Baden-Power na Inglaterra, tinha caráter complementar à educação formal, ou seja, extracurricular, e visava a dar autonomia aos meninos, dotando-os de *self-government* através de uma educação do caráter. Porém, segundo o autor, tal educação só poderia ser dada pela religião e, embora entre os ingleses a formação moral e religião fosse inseparável, no Brasil o movimento era assumido por maçons e outros laicistas. Segundo o código, o escoteiro deveria ser “cortês, compassivo, jovial; deve ser amigo de seus companheiros, leal, prestativo... puro em seus pensamentos, palavras e obras...” citou Cruz ao afirmar que isso só se alcançaria com Educação Cristã na família e instrução religiosa que resumisse todos os deveres do honrado e verdadeiro patriota.

Líder da Juventude da Confederação Católica da década de 1920, João Evangelista Peixoto Fortuna se tornou importante no Escotismo do Brasil. Em 1919, agora no jornal *A Cruz* e sem o pseudônimo Cyreneo, João Fortuna admitia a relevância do escotismo católico:

E o escotismo católico tem sabido realizar os seus ideais, tornando-se uma consoladora e ridente esperança para nossa pátria de amanhã, à qual estes moços de hoje saberão realmente servir, obedecendo a Deus e ajudando o próximo em toda e qualquer ocasião. (Fortuna, 1919, p. 3).

O artigo n’*A Cruz*, não apenas servia de retratação ou de reavaliação do escotismo, mas permitia anunciar a criação de uma Associação de Escoteiros Católicos na Paróquia de São João Batista da Lagoa sob presidência de João Evangelista Peixoto Fortuna que, criada pela ação dirigida pelo Pe. André Arcoverde, seria conduzida pelo Pe. Rosalvo Costa Rego como diretor técnico. Para o funcionamento do escotismo, a Associação criou uma Escola de Instrutores Católicos a qual formava sua primeira turma em 1920 (Escotismo, 1920).

A escola foi formada por Sr. Edmundo Lynch, vice-presidente da associação e instrutor de escotismo teórico; Dr Manoel M. Cardoso Fonte, médico da associação e instrutor de higiene e primeiros socorros; Prof. Alcibíades Ferreira, instrutor de ginástica sueca; um técnico para os exercícios militares e disciplina pelo padre Rosalvo Costa Rego (Associação, 1920).

Introduzido no Brasil via militares da marinha, a partir de 1910, o escotismo encontrou iniciativas na sociedade e na religião. Tanto a Igreja Católica quanto as denominações protestantes vindas dos Estados Unidos, adotaram o modelo. No caso católico, como se notou nos artigos de Fortuna, o patriotismo e a formação moral-religiosa foram elementos importantes. (Herold Junior; Vaz, 2015) No entanto, ele responde ainda a outros fatores: apesar de polêmico no seio do escotismo brasileiro, a militarização tomou lugar no movimento católico, a partir da década de 1930, com o crescimento do integralismo, especialmente na década seguinte. O ideal de uma grande nação no contraponto da crítica à República Velha elevava os olhos para um horizonte novo, de progresso, saúde, ordem, paz (Leandro; Costa, 2022). Como educação corporal, respondia não apenas aos aspectos higienistas trazidos pela República e os primeiros anos do século XX, mas ao próprio controle dos corpos necessários à industrialização. No caso de Botafogo, temos um bairro de elite, mas ainda um bairro operário. Esse segundo aspecto é mais concernente à obra da paróquia liderada pelo Pe. André Arcoverde, como já dito antes.

Seu valor educativo, reivindicado já em sua criação na Inglaterra, adquiria, no Brasil, contornos oficiais quando Fernando Azevedo aderiu ao escotismo para as escolas públicas do Distrito Federal em sua reforma de 1928 (Silva; Melo, 2022).

A atividade escotista colocava dois mundos em rota: os aspectos rurais ligados à vida próxima à natureza, cada vez mais distantes da capital federal, para sua urbanização cada vez mais complexa. E os

aspectos da crítica ao mundo urbano e republicano se encontraram nas atividades das federações de escoteiros. Nesse sentido, a obra pastoral, caritativa e educacional da Paróquia de São João Batista da Lagoa, não era apenas coordenada e planejada, mas enraizada nas questões de seu território e no da cidade-capital federal.

#### - Caixa operária

As linhas mestras da Caixa Operária da Paróquia de São João Batista da Lagoa foram publicadas n'A *Cruz*, em 22 de fevereiro de 1920. A proposta de sua criação vinha anunciada desde os primeiros números do periódico. O artigo não assinado reporta à Pastoral Coletiva de 1915<sup>7</sup> para a fundação pretendida e transcreveu trecho no qual os bispos conclamavam a Igreja a fundar caixas de crédito para combater a usura que oprimia os pobres. Essas caixas, montepios ou bancos deveriam ser criados segundo os princípios cooperativistas de Raiffeisen<sup>8</sup> para oferecer juros módicos e socorrer aos pobres.

Portanto, a Caixa Operária de Botafogo seria uma instituição pia, sob os auspícios da Igreja. Receberia depósitos com juros de curto e médio prazo e manteria um quadro de sócios com responsabilidade limitada. Poderiam fazer parte os operários, artistas e jornalistas, desde que não filiados "a seitas condenadas pela Igreja: maçonaria, anarquismo, socialismo, espiritismo, protestantismo etc." (Caixa, 1920a, p. 4).

Em 15 de maio de 1920 instalou-se a Caixa, festejando o aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*, como testemunhou o jornal. A tônica dos discursos giraram em torno da ideia católica de colaboração de classes: no catolicismo se dava a verdadeira fraternidade, não havia pequenos, nem ricos, nem pobres, somente irmãos. Assentava-se, pois, segundo o articulista d'A *Cruz*, na "rocha inabalável da caridade cristã" por onde se passaria todo o numerário de Botafogo para impulsionar sua economia, combatendo a usura voraz (Caixa, 1920b, p. 2).

Para empréstimos a Caixa Operária cobrava juros de 12% ao ano mais uma taxa de expediente de 0,5%; posteriormente passou a exigir dois avalistas. Já os depósitos rendiam de 6% a 9% ao ano, dependendo do prazo, com pagamento semestral de juros. Havia pequenas cadernetas com selos de duzentos réis e que renderiam após alcançarem cinco mil réis; essas eram dedicadas às crianças. O primeiro depósito na Caixa foi realizado pela Corporação dos Trabalhadores Católicos da Freguesia de São João Batista da Lagoa com a caderneta número 1, cujo valor foi de 1 conto de réis (Caixa, 1920b). O lucro da Caixa Operária era dividido meio a meio: metade para um fundo de reserva e outra metade seria distribuída às obras de caridade da paróquia (Caixa, 1921), denotando, mais uma vez, o ideal de aplicação da esmola de maneira diversa da tradicional, ou seja, pelo rendimento da instituição e não por doação direta dos fiéis.

A Corporação dos Trabalhadores Católicos era uma associação diocesana com juntas paroquiais. Baseada nos pressupostos da *Rerum Novarum*, afirmava a complementariedade e coadjuvação entre capital e trabalho embora defendesse a existência de direitos básicos ao trabalho, para os quais conclamava a participação dos patrões. A Caixa Operária era uma das maneiras que entendiam amparar o trabalhador. Na reunião do dia 15 de dezembro de 1919, noticiada pela *A Cruz*, criou-se a junta paroquial com a atuação do Conego André Arcoverde e com a presença do Monsenhor Dr. Fernando Rangel, assessor eclesial da Corporação diocesana. Tornou-se presidente da Corporação paroquial o operário João Baptista Guimarães. Na mesma reunião, discutiu-se outro elemento entendido como necessário ao desenvolvimento do operariado católico, a abertura de escolas noturnas (Reunião, 1919). Faziam parte dessa Corporação ao menos 50 operários que teriam comparecido a outra reunião em fevereiro de 1920. Para associarem-se à Corporação, os operários pagavam mensalidades (Reunião, 1920).

7 A Pastoral Coletiva de 1915 introduz as Constituições das Províncias Meridionais do Brasil (Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre) redigida pelos bispos reunidos no Colégio Jesuíta, em Nova Friburgo.

8 Havia, na mesma época, fundada em 1915, uma congênere diocesana patrocinado pelo Centro Católico do Brasil que era o Banco Popular do Brasil e funcionava na Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro.



Figura 1. Anúncio em *A Cruz* de 30/05/1920

Ainda em 1945 a Caixa Operária continuava a trabalhar e se adaptava à legislação, modificada algumas vezes, desde sua fundação (Caixa, 1945).

#### - Patronato

Em 19 de março de 1917 foi a inauguração do Patronato de Crianças Pobres da Freguesia de São João Batista da Lagoa. Notícia no jornal *A União* destacava que a escola, oferecendo ensino profissionalizante, ao lado do ensino literário primário, daria à pátria homens úteis e independentes. Daria ainda, segundo a mesma matéria, educação moral e civil a crianças pobres de ambos os sexos, como uma obra de ação social católica (Patronato, 1917a).

A obra do Patronato de Crianças Pobres começou em 1915 e levou dois anos para se inaugurar: primeiro buscou-se fundos para a aquisição do prédio e, em seguida, sua reforma. A casa onde se fundou o patronato custou 24 contos de réis. Mesmo antes de admitida pela Assembleia Metropolitana como de utilidade pública, em 1918, o Patronato obteve dispensa das taxas de transmissão de bens e taxa de inspeção sanitária. Essas eram as primeiras notícias, publicadas na imprensa em geral, de participação pública no financiamento da instituição, como era praxe nesse tipo de atividade de ação social.

A aquisição revela um aspecto muito peculiar da década de 1910 que eram as atividades sociais, especialmente das chamadas Madames<sup>9</sup>, envoltas em chás, saraus, concertos, tardes esportivas e reuniões literárias com farta divulgação nos jornais da capital, aclamadas como festas da filantropia<sup>10</sup>. Quanto a

9 Além da crítica classista, deve-se ter em mente que, embora todo o desenlace da história nos periódicos se referia aos homens, em especial aos sacerdotes, a presença feminina e leiga foi determinante para a manutenção e funcionamento (como professoras, enfermeiras etc.) das obras.

10 A filantropia era um designativo adotado pelas elites após a Revolução Francesa, em substituição ao ideal da caridade dos cristãos. Sugere-se uma laicização do termo ao se extrair dele o ideal religioso, substituindo o transcendente pela humanidade (Moraes; Tavares; Souza, 2017).

esse aspecto *A Cruz* e *A União* eram mais discretas na divulgação, embora não deixassem de registrar as doações e atividades em prol da caridade.



**Figura 2.** Prédio do Patronato em *O Malho* 06/10/1928

Ao menos nos cinco primeiros anos da construção e funcionamento do Patronato, ou seja, de 1915 a 1920 é possível passar por vários jornais e revistas trazendo fotos e noticiários das atividades que envolviam senhoras da alta sociedade carioca como: em 1915 a revista *Selecta*, e os jornais *A Notícia*, *A Época*, *A Noite*; em 1916 as revistas *O Malho*, *FonFon*, *Revista da Semana*; Os jornais *A Rua*, em 1917, *Gazeta de Notícias* em 1915 e 1918, *Jornal do Commercio* em 1918 e 1921 e o *Jornal do Brasil*, em 1919. Representativo dessa versão filantrópica das elites cariocas a nota da *Revista da Semana* abaixo:

Inaugurou-se, segunda-feira, com um concorrida e bela solenidade, à rua Real Grandeza, o novo patronato de crianças pobres da freguesia de São João Batista da Lagoa. Essa nova fundação caritativa é produto dos esforços e bons pendores de um grupo de senhoras e senhorinhas da nossa melhor sociedade, dignas, destarte, dos mais francos elogios pela sua obra de misericórdia (Patronato, 1917b).

Convivendo entre pessoas que ainda traziam marcas da velha monarquia, ao ponto de ainda conservar títulos nobiliários, o Cônego André Arcoverde parecia lidar bem e favoravelmente com essa situação, tirando dela frutos para suas obras. Em socorro a essa ideia, basta notar que, em 1925 e após sua retirada para a catedral, quando Pe. Rosalvo Costa Rego se tornou o pároco, houve crise financeira nessas obras, apesar de contornadas em seguida.

Um balancete de 1919 permite a clara noção dessas arrecadações: com um patrimônio de mais de 106 contos de réis, a despesa básica para funcionamento da escola não chegava a quatro contos de réis. O balancete girava acima dos 152 contos de réis. Apenas as mensalidades recolhidas eram suficientes para pagar os salários das professoras, próximos de três contos. (Patronato, 1920).

A perspectiva de caridade diferente que as obras traziam, procurava dotar as mesmas de razoável autonomia econômica, embora sempre sob a autoridade eclesiástica. Nesse sistema, o Patronato não era só uma escola paroquial, mas verdadeira fundação com estatutos próprios. Em seu primeiro artigo, o estatuto definia o Patronato com “Fundação Paroquial, cujo fim é proporcionar às crianças de ambos os sexos, ainda impúberes, educação moral, cívica e profissional” (Holanda, 1972).

Segundo *A União*, o patronato contaria com um método analítico de alfabetização, trazido de São Paulo, especialmente com orientações do Professor Arnaldo Barreto que faria o treinamento inicial das professoras do Patronato nesse método (Patronato, 2017a).

O professor Arnaldo de Oliveira Barreto foi o principal divulgador do método pedagógico de alfabetização, cujo ensino da leitura passava por três etapas: palavração, sentençação e historieta. Como tal, o professor tinha grande produção bibliográfica sobre o método, incluindo vários livros de histórias e cartilhas para cumprir esse método e foi largamente adotado nas escolas brasileiras (Bernardes, 2015).

Além do método pedagógico atualizado, a escola contava ainda com aulas de ginástica e um time de futebol, além de um mobiliário específico, fabricado especialmente para escolas (Patronato, 2017a). Havia aulas de costura, agulhas e bordados para as meninas, nas quintas-feiras e nos domingos, aulas de desenho para meninos e meninas. Essas aulas podiam variar conforme os anos escolares passavam.

A organização interna do Patronato consistia em um Grupo Escolar, um Jardim da Infância para os pobres, filhos de operários, e uma escola noturna para operários. Para a matrícula eram exigidos atestados de vacina e de batismo.

As aulas noturnas eram divididas por gênero: segundas-feiras, quartas-feiras e sábados, das 19 às 21 horas para os homens, até 1921, quando se abriu aulas para as mulheres segundas, quartas e sextas, ficando os outros dias para os homens.

O grupo escolar Pio X<sup>11</sup> funcionava, em 1930, em dois turnos: de 10 às 13h para meninas e o Jardim de Infância e de 13h30 às 16h30 para os meninos. Durante os dois turnos, seis classes, sendo três de primeiro ano, uma de segundo, outra de terceiro e o jardim. Frequentavam as aulas, segundo a inspetora, 300 crianças em cada turno, sendo que a matrícula foi de 323 meninas e 265 meninos, perfazendo um total de 588 crianças. Ao final do ano faziam-se exposições dos trabalhos, procedia-se aos exames e distribuíam-se prêmios numa festa de encerramento e Natal (Veiga, 1931). Faz-se notar a relação de três para uma classe na passagem do primeiro para o segundo ano.

O Malho, em 1928, dava descrição e fotos do funcionamento do Grupo Escolar Pio X no qual deixou explícita a diversidade dos que frequentavam a instituição:

Essas crianças, distribuídas nas diversas classes da escola, segundo a habilitação de cada, oferecem-nos o encantador espetáculo dos pequeninos desataviados, não contrafeitos pelos calçados apertados nem pelas roupas incômodas que são tributos pagos pela vaidade dos ricos... Veste-se cada uma a seu modo e segundo suas posses.

E se alegra e diverte em diferenças de cor, tanto na pele quanto nas vestes, lembrado a comunhão perfeita de raças em que vivemos e que tão solidamente fundamenta a nossa democracia, não chama menos a atenção do visitante a disparidade dos calçados, de todas as cores, de todos os feitios e até se denunciando de todos os preços, pois é certo que não poucos pares calçam os pés de seu segundo dono... Alguns calçam chinelos e outros nem isso, sentindo-se perfeitamente bem nessa linda liberdade que ainda é um benefício de Deus... (Uma hora, 1928, p. 46 e 51).

No que pese o tom ingênuo e até ufanístico, o texto não deixa dúvidas sobre a diversidade dos frequentadores do Patronato. Inclusive com as expressões que hoje seriam contestadas pelas lutas anti-

11 O Patronato se tornou uma fundação mais ampla ao oferecer várias opções de atenção social à saúde e à educação. Possui ambulatório médico e a escolarização se dava em quatro tipos distintos: jardim da Infância, Grupo Escolar, Tipografia e Escolas noturnas.

racistas, como a “democracia racial”<sup>12</sup>. Em 1930, enquanto reclama coadjuvação pública ao Patronato, Melo (1930) dava testemunho semelhante, agravando a situação não apenas da falta de escolas públicas, mas das exigências nelas contidas e que afastavam as crianças mais pobres:

E não se alegue a possibilidade que, porventura teriam os que, no Patronato, se desalfabetizam, de ir beber tais ensinamentos nas escolas municipais. É sobejamente conhecida a carência de estabelecimentos de ensino capazes de abrigar toda a população desta Capital em idade escolar. Além disso, para frequentar as escolas oficiais são indispensáveis certos requisitos de indumentária que demandam gastos, que, embora de pequeno vulto, não podem ser feitos por uma grande parte desse vultoso exercito de desafortunados que povoam as colinas da cidade onde a água não chega nunca a o pão falta muitas vezes.

Se a tais estabelecimentos se apresentassem desprovidos de calçado, e de roupinhas em frangalhos, tal como frequenta as aulas do Patronato, ser-lhes-ia, certamente, vedado o ingresso e ficariam, assim, esses cerebrozinhos que demanda a luz do alfabeto eternamente condenados às trevas da ignorância (Mello, 1930 p. 4)

Dotado de uma pedagogia e de uma vertente social muito destacada, o Patronato investia ainda no Jardim de Infância. O Jardim de Infância do Patronato era mais uma mostra dessa vertente pedagógica, atualizada em seu tempo, por uma Pedagogia Moderna e ativa como preconizava os movimentos de reforma da Educação escolar no Brasil desde o início da década de 1910, conhecida como escolanovismo. A Cruz dedicou ao Jardim de Infância um artigo, em 1921, no qual, além de historicizar a pedagogia de Froebel, explicitava sua pedagogia e o objetivo precípua do mesmo no Patronato:

Nesse período dos três aos seis anos, as crianças de famílias muito pobres, geralmente formam más associações nas ruas e iniciam-se nos vícios, e quando chegam à idade de entrar na escola, acham-se endurecidas nos hábitos vicioso a ponto de às vezes não mais poder a escola expurgá-los (FB, 1921).

Pesa uma visão negativa da pobreza no sentido da moralidade. A crítica às crianças das classes abastadas também tinha conotações semelhantes, ou seja, morais. Contudo, é preciso ter em mente o contexto sobre os quais, muitas vezes, discretamente, o jornal destacava os problemas da urbanização e industrialização que repercutia para as crianças o mundo da rua, desassistidos das famílias que se lançavam diuturnamente às fábricas.

12 Duas leituras ajudam na compreensão das questões étnico-raciais quanto à presença da descendência das pessoas escravizadas. A primeira (Velasco e Cruz, 2010) quanto ao uso das palavras e sua significação nos referidos contextos, como o operário, foco do artigo, e a relação entre iguais, interna ao movimento sindical e estranha à tradição que o escravismo introduziu e aparece como a igualdade percebida no discurso do jornalista destacado. A segunda (Pereira, 2013) narra um habeas corpus preventivo para uma associação de trabalhadores de baixa renda que promovia bailes para operários na região do cais do porto. O tema coloca a questão da cidadania sendo construída/a ser construída e a outro tipo de resistência, no caso, também da população negra da capital.



**Figura 3.** Jardim da Infância em *A Cruz* de 02/08/1931.



**Figura 4.** Grupo Escolar Pio X em *A Cruz* de 02/08/1931.

#### - Tipografia

A Tipografia Desembargador Lima Drummond foi adquirida pelo Conego André Arcoverde, em 1919, para fazer parte do Patronato em sua vertente profissionalizante. Foi necessária a construção de um

prédio para receber as máquinas. E novamente foi aberta subscrição para doações que tornassem possível o empreendimento. Essa subscrição já atingia 27 contos em 1920 e arrecadou mais, posteriormente. Com esse expediente, a Tipografia foi instalada e passou a publicar o jornal *A Cruz* e a prestar serviços ao público. Na tipografia eram aceitos meninos aprendizes que soubessem ler e escrever bem e tivessem entre 12 e 14 anos e, apesar da previsão de ingresso de meninas, não há evidências nos jornais de que se tenha efetivado tal prática. Ela funcionou como local de aprendizagem até 1942, antes de passar pelo arrendamento no ano seguinte.



**Figura 5.** Aprendizes de tipografia em *A Cruz* de 30/11/1919.



Ensino profissionalizante na Tipografia do Patronato em *A Cruz* 02/08/1931.

Notícias sobre a efetiva atividade do Patronato em *A Cruz* vão até 1955. A partir desse ano, as referências que se encontram, não deixam clara a continuidade de seu funcionamento. No início da

década de 1970, com o fechamento do jornal, temos a efetiva declaração de seu fechamento no protesto do editor do periódico.

## O que é um patronato, por que um patronato?

Discurso do padre Dr Carlos Manso, representando o Cardeal D. Joaquim Arcoverde, na inauguração do Patronato e resumido/transcrito pelo *Jornal do Brasil*, afirmava que a origem dos patronatos remontava à Marseille com o padre Jean-Joseph Allemand, criador da “*Ouvre de la jeunesse*”, em 1799.

O “Patronato”, como não ignorais, é uma associação de zelo cristão que tem por objeto a preservação e a formação positiva da juventude: a preservação – arrancando as crianças das ruas, afastando-as das más companhias, origem de perversão; formação positiva – dando-lhes (proporcionando-lhes) uma educação sólida que complete destarte a da família e da escola, preenchendo assim grandes lacunas (Escola, 1917, p. 6).

O discurso continuava ao demonstrar que o método de Allemand consistia em jogos, prudentemente escolhidos e organizados, sob os quais as crianças/adolescentes empregariam suas horas livres.

A ideia de patronato era, também, uma fórmula de proteção do operariado contra as revoltas sociais relativas ao mundo do trabalho. Dessa forma a Igreja mitigaria os sofrimentos para combater as injustiças sem criar conflitos (Vera-Cruz, 1919). Nesse caso, patronato tinha o sentido de patrono e de patrocínio.

O artigo de Vera-Cruz traz uma versão da chamada “questão operária” na qual os desarranjos surgem da ganância do capitalista por explorar a miséria do trabalhador dando-lhe menor salário do que o necessário para uma vida digna. Segundo o articulista, essa situação, na qual os maus patrões desprezaram a inteligência do trabalhador, fez abrir os olhos dos explorados para a sua própria força e isso se tornou uma ameaça “terrível” para a tranquilidade social. O texto reconhece, portanto, o direito do trabalhador de conseguir melhoria material e moral, porém, sem causar desordens e revoluções, oferecidas, dentre outros, pelos anarquistas. Se a situação era como posto por Vera-Cruz, seria preciso educar crianças e guiar a mocidade para abrir-lhes o espírito e para dedicar-se ao seu próprio caminho.

Segundo o Padre Rosalvo Costa Rego (1919, p. 4), “retirados do meio vicioso e acostumando-se ao trabalho nas oficinas, as crianças do Patronato, garantindo o seu futuro, deixam de ser um perigo para a sociedade e vão formar as esperanças da Pátria”.

No ano seguinte, um artigo colocava o ideal de caridade em termos importantes. Segundo o articulista que assinou apenas M.G., diferentemente da esmola que atinge apenas a pessoa socorrida, a obra social atinge toda a sociedade, por isso são obras de justiça e de previdência. No entanto, a obra social se dirige ao pobre, seja ele operário, jornalista, pequeno lavrador etc., pois as classes médias e ricas conseguem vencer as dificuldades por seus próprios meios. Colocam o pobre em condições de lutar e de vencer: “As obras puramente de caridade são como ambulâncias que curam os feridos da vida; as obras sociais são antes intendências que acodem em socorro do exercito em combate” (M.G, 1920, p. 4). Concluiu o articulista que as obras sociais são inspiradas pela caridade e essa não é apenas esmola; as obras de caridade são importantes no acolhimento direito e imediato; uma não dispensa a outra.

Embora a questão conceitual da caridade nas obras sociais apareça no jornal *A Cruz* como teoricamente resolvida, a vida prática tem seus problemas. Como já ficou destacado, o Cônego André Arcoverde tentava cercar-se de rendimentos mais constantes para a manutenção das obras sociais da paróquia. Uma exata noção desse problema foi apresentada no jornal *A União*, na mesma página em que anunciava a inauguração do Patronato, em 1917, assinada por Furtado de Menezes.

Menezes (1917) argumentava que toda obra era efusivamente recebida, com muitos concorrendo para o seu sucesso e marcando sua necessidade à hora. Porém, ao começar o funcionamento os problemas surgiam, a dedicação diminuía. Para ele, não é que a obra se tornasse desnecessária, mas o zelo é que se esvaía. Certo é que o texto dedicava-se a uma prática devocional dos Vicentinos em Ouro Preto, mas é reveladora a inconstância das ações e instituições mantidas por doações, tendo-se em vista a relação entre obra de caridade e obra social, como articulada por M.G (1920). Esse tipo de inconstância, da carência de um bem escasso, gera uma “economia da esmola” que consistirá em bem administrá-la e mesmo a acumular (Mello, 2015).

O socorro do Estado não deixou de ser buscado e mesmo reivindicado. No caso do Patronato, o *Jornal do Brasil*, de 29 de dezembro de 1919 publicava decisão da Comissão de Finanças do Senado Federal aprovando uma subvenção de 20 contos de réis à obra. Um artigo assinado por Luiz de Mello (1930) dava notícias da possibilidade de suspensão da subvenção paga pela prefeitura do Distrito Federal ao Patronato. Pelos desdobramentos percebidos nos anos seguintes, de fato, essa subvenção foi cancelada. A intervenção dos paroquianos fez ir ao Patronato, em 1934, o prefeito Pedro Ernesto. Segundo o jornal era a primeira vez, em 17 anos, que uma autoridade municipal visitava o Patronato:

É de esperar, repetimos, possa de ora em diante merecer o Patronato das Crianças Pobres de Lagoa, o necessário bafejo oficial, que lhe é absolutamente indispensável para que não se veja na contingencia dolorosa de interromper a benéfica e eficiente obra social, que há tão longos anos vem prestando ao populoso bairro de Botafogo (Uma visita, 1934, p. 6).

Nota-se uma variação importante desde a fundação em que o Conego André Arcoverde tentava dar autonomia às obras e na virada da segunda para a terceira década, buscava-se o apoio público. A reivindicação dos impostos direcionados às obras católicas, especialmente as educacionais, era reclamada pelos bispos brasileiros desde o final do século XIX. Essa perspectiva fazia parte, por exemplo, da Primeira Carta Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, de 1890, defendida, sobretudo, por D. Antônio Macedo Costa. Esse apelo foi repetido, por D. Leme em sua conhecida Carta Pastoral de 1916. Na década de 1920 e a partir da divergência aberta por católicos na Associação Brasileira de Educação, quanto à escola única estatal, a encíclica *Divinii Illius Magistri*, de Pio XI<sup>13</sup>, de 1929, colocava o Estado como coadjutor da Igreja no papel de educar no lugar dos pais, os filhos. Concebida como direito natural dos pais, a educação das crianças só poderia ser coadjuvada pela Igreja e o Estado, deveria contribuir com seus esforços ao trabalho da Igreja (Martins, 2017). Assim é que um artigo reclamava atuação pública junto ao problema da infância, alegando que “sem apoio moral e financeiro do governo, os obstáculos a transpor são mais numerosos e muitos deles serão intransponíveis.” Portanto, caberia às autoridades, segundo o artigo, por nas mãos das instituições os meios de as solver e ampliar as atividades (O problema, 1935, p. 3).

## Considerações finais

No contexto geral da História da Igreja no Brasil, dentro do projeto ultramontano, o Patronato e as obras correlatas apresentadas nesse texto, evocam um ideal de cristandade ao qual adotamos o prefixo *neo*, utilizado por Scott Mainwaring (1990) em sua obra *Igreja Católica e política no Brasil*. Esse uso dá ênfase ao fato de haver uma política interna da Igreja, chamada ultramontanismo, já avançada no período aqui descrito: pretendia unificar e fortalecer o magistério da Igreja, mas, sob influência de uma filosofia tradicionalista na qual se evoca o controle e autoridade sobre a sociedade e sobre o Estado pela Igreja.

No caso presente, não há participação de clero ou religiosos/as estrangeiros/as por se tratar de obra paroquial e de sacerdote do clero secular, diocesano. Esse projeto difere, portanto, do método comum já

13 PIO XI, Papa. Carta-Encíclica Divini Illius Magistri. Roma, 1929. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html). Acesso em: 07 maio 2024.

bastante explorado pela historiografia sobre o ultramontanismo, tanto em História da Educação, quanto em História da Igreja Católica. Alinha-se com o projeto lealista, já mencionado, de atuação junto e no interior do Estado brasileiro.

O eixo agregador de todas as obras mencionadas, tendo o Patronato como referência, era a causa operária e/ou a causa do pobre, identificando, no caso, ambos. A Igreja atuava entre os operários e patrões à mercê de sua influência e missão, tal qual preconizada pelos papas, em especial, nesse caso, a Encíclica de Leão XIII, a *Rerum Novarum*<sup>14</sup>.

Tendo como fonte principal o jornal *A Cruz*, observa-se certa simplificação sobre a questão operária na perspectiva da Encíclica de Leão XIII. Atribuo isso ao formato do jornal, destinado a um público amplo, leigo e não especializado. Essa observação se dá na percepção de que as referências aos conflitos capital-trabalho assentavam-se em questões morais, mesmo quando se referem a temas de justiça. Como a Encíclica traz em seu bojo questões de economia política e de sociologia do trabalho, pareceu que o jornal simplificava “ao essencial” o tema. No entanto, não se pode dizer o mesmo quanto ao projeto do Padre Dr. André Arcoverde, dado a sua estrutura e abrangência.

A questão da manutenção das obras sociais torna-se um tema fundamental quando se tratar de escolarização de crianças pobres. Ao que ficou indicado, as crianças frequentavam o Patronato da maneira que sua condição permitia. Mesmo que houvesse uma nota sobre doação de roupas para as crianças, isso não apareceu como regra ou como meta a ser realizada pelo Grupo Escolar ou pelo Jardim da Infância. A isso socorre o ideal da caridade num sentido mais acurado quanto a função da instrução escolar no meio carente. A descrição pedagógica do Patronato procurou destacar uma teoria afinada com o mais moderno em uso no ramo escolar brasileiro naquele momento. Assim, o resultado esperado voltava-se mais para o futuro do que para o presente, no sentido de que não era a esmola o foco, no sentido de abrandar a pobreza do presente, mas a do futuro.

Para isso não faltava a atenção aos aspectos importantes da vida infantil como o lazer, a saúde e a convivência em ambientes culturais da cidade com visitas vindas de fora e visitas feitas a ambientes públicos.

Tudo isso, confluindo com vários elementos em jogo na cena histórica, o ideal caritativo de um modo não tradicional, tratado como economia e como obra de justiça além de obra de amor, procurava, de um lado, favorecer as novas gerações, enquanto amenizava os sofrimentos dos pais trabalhadores das indústrias e outros empregos da região. De certo modo, o apelo ao Estado é não apenas, como anunciado, uma questão de justiça distributiva sobre os tributos arrecadados, mas o reconhecimento tácito da necessidade de um Estado atuante no meio social, ideal contrário à filosofia liberal ainda dominante nos discursos políticos da República. Sobre essa atuação é possível apontar a consecução de uma História do Direito Social no Brasil.

Por fim, o ideal de profissionalização de pobres, como solução dos problemas de desvalimento, repete-se no projeto do Patronato. Tal situação corresponde ao modo como era visto o funcionamento da sociedade, num modelo que não absolvía o ideal de proteção pelo Estado através das leis e instituições próprias para cada finalidade, como um direito do indivíduo e não como bem-estar. Discurso que ainda frequenta nossos debates atuais.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

14 LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. Roma, 1891. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html). Acesso em: 07 maio 2024.

## Referências

- ARCOVERDE, André. Aos meus paroquianos. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1. p. 1, 21 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/829706/1>. Acesso em 24 abr. 2024. 1919a.
- ARCOVERDE, André. Sodalício São Vicente de Paula. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1. p. 3, 21 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/3>. Acesso em: 24 abr. 2024. 1919b.
- ASSOCIAÇÃO de escoteiros católicos. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 26. p. 4, 05 set. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/200>. Acesso em: 04 maio 2024.
- BERNARDES, Vanessa Cuba. Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925): atuação e produção para o ensino da leitura. In: MORTATTI, M. R. L. *et al.* (orgs). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 93-102. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3nj6y/pdf/mortatti-9788568334362-07.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.
- BITTENCOURT, Agueda; LEONARDI, Paula. L'éducation nationale au Brésil et les immigrants religieux européen. **Psicologia Social**, [S. L.], v. 43, n. 1, p. 11-27, 2019.
- CAIXA Operária da Freguesia de S. João Batista da Lagoa. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 04, 28 jan. 1945. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/6462>. Acesso em: 06 maio 2024.
- CAIXA Operária. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 12. p. 4, 22 fev. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/88>. Acesso em: 06 maio 2024. 1920a
- CAIXA Operária. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 19. p. 2, 30 maio 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/142>. Acesso em: 06 maio 2024. 1920b
- CAIXA Operária. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano II, n. 22. p. 1, 10 jul. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/373>. Acesso em: 06 maio 2024.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CRUZ, Cyreneo da. O que são os escoteiros? **A União**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 24, p. 3, 13 jun. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/799670/2496>. Acesso em: 04 maio 2024.
- ESCOLA Parochial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 80, p. 6, 21 mar. 1917. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_03/53943](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_03/53943). Acesso em: 07 maio 2024.
- ESCOTISMO católico. Exames de Instrutores. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 21, p. 5, 27 jun. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/161>. Acesso em: 04 maio 2024.
- ESTÁ de luto a Arquidiocese do Rio de Janeiro. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 1926, pp. 1 e 8, 07 fev. 1954. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/829706/per829706\\_1954\\_01926.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/829706/per829706_1954_01926.pdf). Acesso em: 24 abr. 2024.
- ESTE JORNAL está de luto! **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 1998, p. 1, 26 jun. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/10044>. Acesso em: 07 maio 2024.
- F.B. Jardim de Infância. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano II, n. 24, p. 2, 07 ago. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/390>. Acesso em: 07 maio 2024.
- FORTUNA, João Evangelista Peixoto. Escoteirismo; A nossa instituição. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1. p. 3, 21 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/829706/1>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- GOLDMACHER, Marcela. **A "Greve Geral" de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. 2009. 177p. Tese (Doutorado em história). Niterói: Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1152.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.
- HEROLD JUNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. Representações sobre o escotismo, o exército e a educação corporal no Brasil: um estudo a partir de teses apresentadas em congressos escoteiros (1922-1923). **Movimento**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 417-430, 2015. DOI: 10.22456/1982-8918.57694. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/57694>. Acesso em: 04 maio. 2024.
- HOLANDA, Antônio Guedes de. Um pouco de tudo. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano LII, n. 2723, p. 3, 23 abr. 1972.

Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/16543> . Acesso em: 07 maio 2024.

HOMENAGEM pequenina, mas sincera. **A União**, Rio de Janeiroano X, n. 78, p. 1, 28 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/799670/3494>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEANDRO, Andressa Barbosa de Farias; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. “Bela escola de civismo”: o escotismo como elemento de transformação social no Brasil. **Revista História da Educação**, v. 26: e117627, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/117627>. Acesso em: 04 maio 2024.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Roma,1891. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html). Acesso em: 07 maio 2024.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Sec Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101380/industria\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101380/industria_rio_de_janeiro.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; MADUREIRA, Lucena Barbosa; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES Sonia. Evolução dos preços e padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: Resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, rio de Janeiro, v. 25, n. 4, pp. 235-265, out./dez. 1971. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/67>. Acesso em: 04 maio 2024.

LÓPEZ, Carlos E. Rodríguez; CASTRO, Carmen Lucia L. Veloso de; BORTOLETTO, Maria Elide. A relação estado e trabalhadores urbanos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 17 a 48, jul./set. 1985. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/10266>. Acesso em: 10 maio. 2024.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa; LEONARDI, Paula. Nacionalidade fundada no catolicismo: Estado e Igreja nos anos em torno do centenário da Independência. In: LIMEIRA, Aline de Moraes; SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente da; GONDRA, José G. (orgs). **Independência e instrução no Brasil: História, memória e formação (1822-1872)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2021.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Um projeto político via instrução: 100 anos da Carta Pastoral de D. Leme. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, n. 39, v. 3, jul-set. 2017, pp. 289-300. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v39i3.29013>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. A caridade na ausência da cidadania: escolarização católica gratuita de crianças pobres no Rio de Janeiro na transição Império-República. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 02, p. 341-357, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v44i2.56705>. Acesso em: 09 maio 2024.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Pedagogia e caridade franciscanas na educação: Escola Paroquial étnica em Petrópolis no final do século XIX. **Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 47, 2020, p. 355-384. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723821472020355>. Acesso em: 07 maio 2024.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Profissionalização de pobres em escolas católicas do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 481-510, out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60161>. Acesso em: 05 maio 2024.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Tempos da educação católica no Rio de Janeiro: 1854-1934. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 386-405, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/54345/0>. Acesso em: 09 maio 2024.

MELLO, Luiz de. Uma obra de grande alcance social; o Patronato da Lagoa. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 01, p. 4, 05 jan. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/2021>. Acesso em: 08 maio 2024.

MELLO, Reynaldo França Lins de. Economia da esmola: Uma introdução à economia do dízimo. **Educação em Foco**, Amparo, p. 13-30, 2015. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/educacao-em-foco/ano-2015/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MENEZES, Furtado. **A União**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 24, p. 3, 25 mar. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/799670/2874>. Acesso em: 08 maio 2024.

MORAES, C. C. P.; TAVARES, L. A.; SOUZA, R. B. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em

- Goiás (séculos XVIII ao XX). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 65, n.1, p. 23-53, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v65i1.53883>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- O PROBLEMA. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 50, p. 3, 15 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/3846>. Acesso em: 08 maio 2024.
- PATRONATO de crianças pobres de freguesia da Lagoa. **A União**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 24, p. 3, 25 mar 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/799670/2874>. Acesso em: 07 maio 2024. 1917a.
- PATRONATO de crianças pobres. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, p. 6, 25 jan. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/74>. Acesso em: 07 maio 2024.
- PATRONATO de crianças pobres. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 07, p. 39, [24 mar. 1917]. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/025909\\_01/26368](http://memoria.bn.gov.br/docreader/025909_01/26368). Acesso em: 07 maio 2024. 1917b.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 19 n. 35, p. 97-116, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/12/v19n35a07.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.
- PIO XI, Papa. **Carta-Encíclica Divini Illius Magistri**. Roma, 1929. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html). Acesso em: 07 maio 2024.
- REGO, Rosalvo Costa. O Patronato. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1. p. 3-4, 21 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/3>. Acesso em: 07 maio 2024.
- REUNIÃO de operários. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 13, p. 3, 07 mar. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/95>. Acesso em: 06 maio 2024.
- REUNIÃO de operários. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 8, p. 4, 28 dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/56>. Acesso em: 06 maio 2024.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Vol 3.
- SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos. **Expansão urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro; O caso de Botafogo**. 1981. 225p. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Rio de Janeiro: Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2977/4/78534.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.
- SECÇÃO Comercial. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 13.174, p. 12, 14 dez. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691\\_05/3856](http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691_05/3856). Acesso em: 04 maio 2024.
- SILVA, José Cláudio Sooma; MELO, Victor Andrade de. A Federação Escolar de Escoteiros e a Federação Escolar de Bandeirantes: notas para pensar a educação primária na cidade do Rio de Janeiro em finais dos anos 1920. **Cadernos de História da Educação**, v.21, p. 1-18, e080, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-80>. Acesso em: 04 maio 2024.
- SINZIG, Pedro. Para impedir a formação de lendas. **A União**, Rio de Janeiro, ano X, n. 54, p.1, 06 jul. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/799670/3396>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- SOCORROS prestados pelo Patronato de São João Batista da Lagoa. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1.129, p. 5, 05 nov 1818. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/107670\\_01/21814](http://memoria.bn.gov.br/docreader/107670_01/21814). Acesso em: 04 maio 2024.
- SUA EXCIA. Revma. D. André Arcoverde. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 44, p. 1, 25 out. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/1097>. Acesso em: 08 maio 2024.
- TICIANELI, Edberto. Costa Rego, o jornalista que governou Alagoas. **História de Alagoas**, 22 set. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/costa-rego-o-jornalista-que-governou-alagoas.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- UMA HOMENAGEM merecida. **A União**, Rio de Janeiro, ano X, n. 100, p.1, 14 dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/799670/3582>. Acesso: em 24 abr. 2024.

UMA HORA entre os pequeninos. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 1360, p 46 e 51, 06 out. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116300/67516>. Acesso em: 07 maio 2024.

UMA VISITA do interventor Pedro Ernesto ao Patronato da Lagoa. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 34, p. 6, 02 set. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/3435>. Acesso em: 08 maio 2024.

VEIGA, Sylvia Jesuína da. Patronato das crianças pobres da freguesia de São João Batista da Lagoa. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 22, p. 8, 31 maio 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/2589>. Acesso em: 07 maio 2024.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 114-135, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X011020008>. Acesso em: 13 maio 2024.

VERA-CRUZ. Os patronatos operários. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 3-4, 28 dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/829706/15>. Acesso em: 07 maio 2024.